

na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Em caso de igualdade de classificação, a ordenação dos candidatos resultará da aplicação dos critérios de preferência constantes do n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — As falsas declarações são puníveis nos termos da lei.

13 — Publicitação — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão divulgadas nos termos e prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

15 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Licenciado Rui Sanches de Miranda e Mascarenhas, director de serviços.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria Cristina Rodrigues Vilhena Veiga, directora de serviços.
- 2.º Licenciada Maria Isabel Baltazar Moreira da Silva Trindade Salgado, assessora principal.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciado Jorge Rui Lopes Ribeiro Mendes, assessor principal.
- 2.º Licenciada Maria Isabel Freitas Coelho Grácio, assessora principal.

16 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

31 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *José Albano Santos*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 807/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, em conjugação com o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, é nomeado para exercer o cargo de adjunto da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ouvido a respectivo provedor, o licenciado António Santos Luís, que para o efeito é requisitado à Companhia de Seguros Império Bonança, S. A., mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na SCML como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

Nome: António Santos Luís.

Data de nascimento: 5 de Novembro de 1954.

Naturalidade: Santiago da Guarda, Ansião.

Habilitações académicas

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Mestre em Economia e Política Social pelo Instituto Superior de Economia e Gestão.

Actividade profissional

Vogal da comissão administrativa da Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais de Seguros de 1979 a 1990.

Advogado de 1982 a 1995.

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Segurança Social de Novembro de 1995 a Março de 2001.

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes do Ministro do Equipamento Social de Março de 2001 a Abril de 2002.

Director da Companhia de Seguros Império Bonança, S. A.

Publicações

Entradas «Abono de família», «Pobreza» e «Previdência», in actualização do *Dicionário da História de Portugal*, de Joel Serrão, coordenada por António Barreto e Filomena Mónica, Editora Figueirinhas, 1999.

«As instituições particulares de solidariedade social e a acção social», in *As Instituições não Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Editora Vulgata, Lisboa, 1997.

«Política de acção social em Portugal», in *As Instituições não Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Editora Vulgata, Lisboa, 1997.

Despacho n.º 19 808/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, em conjugação com o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, é nomeado para exercer o cargo de adjunto da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ouvido a respectivo provedor, o licenciado Daniel António Galvão Martins, que para o efeito é requisitado à empresa TAP — Air Portugal, S. A., mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

1 — Identificação — Daniel António Galvão Martins, filho de António Nicolau e de Maria da Conceição Galvão, nasceu em Faro, na freguesia da Sé, em 31 de Julho de 1946, mora na Urbanização da Portela, Rua de Júlio Dinis, 5, 5.º, esquerdo, 2685-216 Portela — LRS, é portador do bilhete de identidade n.º 22590, emitido em 13 de Janeiro de 1998, em Lisboa, e do cartão de contribuinte n.º 126919046, é casado e tem dois filhos.

2 — Habilitações literárias:

2.1 — Concluiu, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, a licenciatura em Finanças, com a informação final de 15 valores (*Bom*), em 3 de Fevereiro de 1973.

No ano lectivo de 1994-1995 frequentou, com aproveitamento, as cadeiras do mestrado de Economia Monetária e Financeira do ISEG — Instituto Superior de Economia e Gestão, coordenado pelo Prof. Doutor Victor Constâncio.

2.2 — Concluiu os seguintes outros cursos:

Curso Geral do Comércio, na Escola Tomás Cabreira, em Faro, com a classificação de 14 valores, em 1962;

Curso Geral dos Liceus, no Liceu Gil Vicente, em Lisboa, com a classificação de 15 valores, em 1965;

Curso de Contabilista, no Instituto Comercial de Lisboa, com a classificação de 15 valores, em 1966.

3 — Actividade profissional:

3.1 — Durante dois anos leccionou a cadeira de Planeamento e Técnicas de Controlo Orçamental no Instituto Superior de Contabilidade e Administração, em Lisboa.

3.2 — Desenvolveu a sua actividade profissional na TAP — Air Portugal, S. A., primeiro como contabilista e depois como economista, desempenhou as funções de coordenador da Área de Controlo de Gestão e Análise Económica com uma categoria profissional equivalente a director.

De 1982 a 1990 foi membro da comissão de fiscalização desta mesma empresa.

3.3 — Desempenhou, na situação de requisitado, as funções de membro de uma comissão administrativa de uma empresa intervenção, durante um ano e meio; posteriormente e com o mesmo estatuto de requisitado, desempenhou funções nos Gabinetes dos Secretários de Estado dos Transportes do Bloco Central dos XIII e XIV Governos Constitucionais.

3.4 — Está inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas desde 1979, tendo exercido funções de revisor oficial de contas, integrado no órgão de fiscalização de diversas empresas.

3.5 — De Janeiro de 1996 a Janeiro de 1999 desempenhou as funções de adjunto da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo voltado a exercer estas mesmas funções no período de Junho de 2000 a Junho de 2002.

4 — Outras informações — no âmbito de acções de formação, frequentou, em 1988, um curso de formação em gestão para quadros superiores.

Frequentou um curso sobre mercado de capitais organizado pela APEC e pelo CIEF.

Tem assistido às Jornadas Monetárias e a seminários organizados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Despacho n.º 19 809/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeado para exercer o cargo de vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ouvido o respectivo provedor, o licenciado Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho, que para o efeito é requisitado ao Hospital de Júlio de Matos, mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho.
Profissão — administrador hospitalar.

Registo académico

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1970-1975).

Pós-graduação em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública de Lisboa (1978-1980).

Registo profissional

Novembro de 2003-... — Hospital de Júlio de Matos, vogal executivo do conselho de administração.

Setembro de 2001-Novembro de 2003 — Hospital de Júlio de Matos, administrador-delegado do conselho de administração.

Junho a Agosto de 2001 — Hospital de Júlio de Matos, administrador. 1998-2001 — Instituto Nacional de Administração, requisitado para o exercício de funções no DID (Departamento de Investigação e Desenvolvimento).

Director executivo do projecto «Avaliação do Centro Hospitalar de São Tomé» (República de São Tomé e Príncipe).

Director executivo do projecto «Avaliação dos Hospitais Fernando Fonseca (Amadora/Sintra) e Garcia de Orta (Almada)».

1996-1997 — Hospital de Júlio de Matos, administrador.

1993-1996 — consultor residente, em Moçambique, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Universidade Nova de Lisboa, coordenador das consultorias realizadas, no âmbito do projecto «Eficiência hospitalar», nos Hospitais Centrais de Maputo, Beira e Nampula, com financiamento do Banco Mundial.

1989-1993 — Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, membro do grupo de trabalho responsável pelo estudo e diagnóstico do sector privado da saúde.

1987-1989 — Hospital de Júlio de Matos, administrador responsável pelos Serviços Financeiros, Aproveitamento, Arquivo Clínico, Estatística e Doentes.

1985-1987 — Hospital de São João, destacado para o exercício docente na cadeira de Administração Hospitalar da ENSP.

1984-1985 — assessor do Ministro da Saúde para a área económica e financeira no IX Governo Constitucional.

1981-1985 — Hospital Distrital de Santarém, administrador principal no período de 1981-1983.

1980-1981 — Departamento de Gestão Financeira dos Serviços de Saúde, membro do grupo de trabalho que procedeu à definição de novos critérios de financiamento dos hospitais.

1980 — Hospital de Pulido Valente, administrador responsável pelos Serviços de Arquivo Clínico, Estatística e Doentes.

Docência

1998-... — Escola Nacional de Saúde Pública, assistente convidado (grupo de disciplinas de Gestão de Organizações de Saúde).

1987-1993 — Instituto Superior de Contabilidade e Administração, equiparado a assistente dos 1.º e 2.º triénios da disciplina de Organização e Gestão de Empresas.

1989-1992 — docente na Escola Técnica dos Serviços de Saúde de Lisboa.

1985-1998 — Escola Nacional de Saúde Pública, prelector permanente da cadeira de Administração Hospitalar.

Consultoria

Consultor da Escola Nacional de Saúde Pública em Macau no âmbito da assistência técnica nos Serviços de Saúde do Território. 1997-1999.

Consultor da MCDI (Medical Care Development, Inc.) em Angola no âmbito do projecto «Saúde», subcomponente «Reforço institucional», com financiamento do Banco Mundial, 1997.

Consultor da Escola Nacional de Saúde Pública em Angola no âmbito do projecto «Assistência técnica ao Hospital Américo Boavida», com financiamento da União Europeia. 1991-1992.

Consultor da PARTEX em Angola como docente em acções de formação realizadas em Luanda e destinadas a pessoal dirigente do Ministério da Saúde, com financiamento da ASDI. 1990.

Consultor da PARTEX, no âmbito do projecto «Saúde e nutrição», no estudo sobre o sector hospitalar na República da Guiné-Bissau, com financiamento do Banco Mundial, 1989.

Despacho n.º 19 810/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, e 13.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeada, para exercer o cargo de adjunta da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ouvido o respectivo provedor, a licenciada Odete Maria Costa Laranjeira Farrajota Leal. 2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Resumo curricular

Odete Maria Costa Laranjeira Farrajota Leal.

Nasceu em 6 de Novembro de 1954, em Caminha.

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, em 1980.

Frequência do 3.º ano da licenciatura em Direito pela Universidade Internacional.

Em 1981-1982, desempenhou funções como assistente social e directora técnica em instituições privadas de solidariedade social (IPSS).

Em 1983, ingressou na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), na carreira de técnico superior de serviço social no quadro da função pública.

Desenvolveu e coordenou vários projectos de intervenção comunitária.

Foi directora de equipamentos sociais. Prestou apoio técnico às IPSS. Fez atendimento social à população da cidade.

Em 1987, implementou o alargamento do horário do serviço de apoio domiciliário no Bairro Alto.

Em 1989, implementou e desenvolveu o primeiro trabalho intergeracional na cidade.

Colaborou no apoio e acolhimento à população aquando do incêndio do Chiado através do estabelecimento que dirigia.

Colaborou no plano de regresso das pessoas vindas de Angola. De 1996 a 2003, foi directora de serviços da Acção Social Local da SCML.

Colaborou na implementação do projecto piloto do rendimento mínimo garantido.

Integrou grupos de trabalho de reestruturação, serviço de apoio domiciliário na cidade de Lisboa (1996). Reestruturação do Serviço de Acção Social da SCML (2001-2002).

Em 2000, foi nomeada assessora do Gabinete da Secretária de Estado da Administração Educativa, tendo participado em grupos de trabalho interministeriais.

Desde 2002, é assessora da carreira técnica superior de serviço social do quadro da SCML.

Em 2004, é nomeada coordenadora de projectos de voluntariado da SCML. Implementou o Programa Mais Voluntariado Menos Solidão, em parceria com a Associação Coração Amarelo e a Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Lisboa.

Criou ainda na área do voluntariado o gabinete jurídico de apoio à população que recorre aos serviços de acção social da SCML.

Publicou vários artigos em revistas da área social. Foi prelectora em vários seminários e congressos.